

CARGOS DE CLASSE E

AUDITOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 50 (cinquenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS BÁSICOS								CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
LÍNGUA PORTUGUESA		MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO		INFORMÁTICA		LEGISLAÇÃO			
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 20	1,0 cada	21 a 25	1,0 cada	26 a 50	1,0 cada
Total: 10,0 pontos		Total: 5,0 pontos		Total: 5,0 pontos		Total: 5,0 pontos		Total: 25,0 pontos	
Total: 50,0 pontos									

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

- a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;
- c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;
- d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

De acordo com a Lei nº 11.638 /2007, no ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados nos seguintes grupos: ativo circulante, ativo realizável a longo prazo, ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

No imobilizado intangível, são registrados os

- (A) direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.
- (B) direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- (C) gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- (D) ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas, no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo.
- (E) resultados obtidos em participações de debêntures de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

27

De acordo com a legislação societária vigente no Brasil, as sociedades são obrigadas a elaborar algumas demonstrações financeiras.

Qual demonstração financeira é obrigatória apenas para as companhias de capital aberto?

- (A) Demonstração de fluxo de caixa
- (B) Demonstração do valor adicionado
- (C) Demonstração de resultado de exercício
- (D) Demonstração de mutação de patrimônio líquido
- (E) Demonstração de origens e aplicações de recursos

28

Atualmente, as instituições buscam formas de proteger seus ativos.

Nesse sentido, o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade é denominado

- (A) auditoria interna
- (B) análise de riscos
- (C) governança corporativa
- (D) conselho fiscal
- (E) levantamento de processos

29

Ao fim de cada exercício social, a diretoria das empresas em geral deverá elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, algumas demonstrações contábeis, dentre as quais está a demonstração de fluxo de caixa, cuja finalidade é a seguinte:

- (A) evidenciar a posição financeira e patrimonial da companhia no final de cada exercício social.
- (B) apresentar o resultado final da companhia, evidenciando receitas, despesas, lucro líquido entre outros resultados.
- (C) informar o valor da riqueza criada pela companhia durante o exercício social, e sua forma de distribuição ou aplicação.
- (D) demonstrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um determinado período de tempo.
- (E) publicar o conjunto de informações sobre os planos, projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos *stakeholders* da organização.

30

De acordo com as normas de auditoria e com as boas práticas de mercado, o trabalho de auditoria deve ser adequadamente planejado. Durante a fase de planejamento, o auditor deve conhecer as operações da entidade para traçar as principais diretrizes da auditoria a ser realizada.

Nesse sentido, um dos principais objetivos a ser atingido no planejamento da auditoria é

- (A) emitir um parecer favorável sobre as demonstrações financeiras.
- (B) efetuar a circularização dos bancos.
- (C) determinar a natureza, amplitude, volume e data dos testes de auditoria.
- (D) verificar os controles de segregação de funções.
- (E) realizar os testes de eficiência dos controles internos.

31

O nível de confiança dos dados contábeis e financeiros de uma empresa está diretamente ligado à eficiência dos controles internos associados aos processos.

Sendo assim, existe uma relação que pode ser estabelecida entre os procedimentos de auditoria e a eficiência dos controles internos relacionados a um determinado processo.

Nesse sentido, essa relação se explicita da seguinte forma:

- (A) o auditor deve realizar testes substantivos nos processos com uma alta carga de controles internos.
- (B) o volume de testes de auditoria pode ser reduzido em um processo com controles internos eficientes.
- (C) a aplicação de testes de auditoria não é necessária para processos com controles internos eficientes.
- (D) a equipe de auditoria não precisa ser muito experiente em caso de testes nos processos com controles internos eficientes.
- (E) os testes de observância devem ser aplicados em todo o sistema de controles internos da empresa.

32

Antes de iniciar os testes de auditoria, é necessário que o auditor determine uma amostra para examinar, que esteja de acordo com o volume de transações realizadas.

Com isso, o tamanho da amostra selecionada para os testes de auditoria deve

- (A) ser representativo dentro da população, e todos os seus itens devem ter a mesma oportunidade de serem selecionados.
- (B) ser calculado de acordo com o valor total do ativo da empresa.
- (C) ser definido de acordo com o prazo final da auditoria.
- (D) corresponder, no mínimo, a 25% da população total dos processos críticos e chaves da empresa, que é objeto de análise.
- (E) corresponder sempre ao total da população de cada processo auditado.

33

Os papéis de trabalho podem ser classificados como permanentes ou correntes de acordo com a sua aplicabilidade no processo de auditoria.

São exemplos de papéis de trabalho correntes

- (A) as cópias de atas de reunião
- (B) as normas de auditoria interna
- (C) o contrato social e suas alterações
- (D) os contratos bancários de financiamento a longo prazo
- (E) os questionários de controle interno

34

Para se resguardar dos diversos riscos inerentes aos processos internos, a empresa utiliza controles internos contábeis ou técnicos e administrativos.

Um exemplo de controle interno administrativo é o(a)

- (A) sistema de conferência
- (B) controle físico de ativos
- (C) segregação de funções
- (D) auditoria interna
- (E) análise estatística

35

O sistema de controles internos de uma empresa é composto por controles preventivos e detectivos.

Os controles preventivos possuem o objetivo de

- (A) revisar o desempenho das atividades operacionais.
- (B) estabelecer níveis de governança corporativa na empresa.
- (C) evitar a ocorrência de um problema relacionado ao processo.
- (D) verificar onde ocorreram os problemas de um determinado processo.
- (E) gerenciar todos os riscos relacionados aos processos internos da empresa.

36

Quando a Constituição Federal estabelece que as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei, está cuidando do denominado controle

- (A) interno do cidadão
- (B) finalístico da cidadania
- (C) concomitante do povo
- (D) prévio da população
- (E) externo popular

37

Dentre os denominados privilégios atribuíveis às autarquias, encontra-se a

- (A) sujeição a concursos de credores
- (B) imunidade de impostos sobre seu patrimônio
- (C) prescrição trienal das suas dívidas passivas
- (D) execução geral dos seus créditos
- (E) penhorabilidade dos seus bens

38

Discute-se muito sobre a intervenção estatal nos rumos de determinadas empresas que possuem o controle do Estado. As mais importantes têm controle da União Federal, que recebe polpudos dividendos pela lucratividade das mesmas.

Essas empresas estatais, que têm participação privada, realizam atividade econômica de produção e comercialização de bens e não possuem privilégios equivalentes à Fazenda Pública, são as denominadas

- (A) Fundações públicas
- (B) empresas de parceria
- (C) Entidades do Terceiro Setor
- (D) Sociedades de Economia Mista
- (E) Organizações não governamentais

39

Ramsés é convidado a atuar em sociedade empresária que, acoplada ao seu negócio, realiza pesados investimentos em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil. Procurando gerar novos negócios, participa de procedimento licitatório com empresas estrangeiras que não realizam sua produção no país.

De acordo com a Lei federal nº 8.666/1993, que estabelece regras gerais sobre licitações e contratos, a referida sociedade poderá ser

- (A) contratada diretamente sem necessidade de licitação.
- (B) convidada preferencialmente para as licitações públicas.
- (C) escolhida vencedora caso ocorra empate das propostas, em igualdade de condições.
- (D) indicada para participar de outras licitações em diversos órgãos públicos.
- (E) considerada como colaboradora da Administração Pública.

40

Os atos administrativos podem ser classificados de diversas formas.

Assim, quando se indica que o ato administrativo de desapropriação representa a onipotência do Estado e o seu poder de coerção, está-se fazendo referência ao ato de

- (A) gestão
- (B) expediente
- (C) império
- (D) internalização
- (E) alienação

41

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, quando o processo administrativo diz respeito a interesse individual, considera-se interessado

- (A) o Ministério Público.
- (B) o sindicato de servidores.
- (C) quem é menor de dezoito anos.
- (D) quem exerceu direito de representação.
- (E) quem participa de associações de funcionários.

42

As receitas e despesas apresentam peculiaridades no contexto do setor público, desde a elaboração do orçamento público, execução, controle e prestação de contas. Para fins de controle da execução orçamentária, receitas e despesas são consideradas realizadas quando, respectivamente, são

- (A) previstas e fixadas
- (B) liquidadas e pagas
- (C) lançadas e liquidadas
- (D) recolhidas e liquidadas
- (E) arrecadadas e empenhadas

43

Os créditos adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Os créditos adicionais são classificados de acordo com a finalidade a que se destinam. Se uma entidade necessita abrir um crédito adicional para as despesas de um projeto não incluído na lei orçamentária, deverá ser aberto um determinado tipo de crédito, que depende de disponibilidade de recurso.

Esse tipo de crédito e uma possível fonte de recurso são, respectivamente, os seguintes:

- (A) especial; excesso de arrecadação
- (B) especial; *superavit* orçamentário do exercício anterior
- (C) suplementar; *superavit* financeiro do exercício anterior
- (D) suplementar; *superavit* do orçamento corrente
- (E) extraordinário; operações de crédito autorizadas

44

A Resolução nº 1.111/2007 do Conselho Federal de Contabilidade trata da interpretação dos princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público.

A resolução define que a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.

Essa definição refere-se ao Princípio da

- (A) Continuidade
- (B) Competência
- (C) Entidade
- (D) Oportunidade
- (E) Transparência

45

No Projeto de Lei Orçamentária Anual, os recursos e autorizações de despesas referentes a uma entidade autárquica que regula a área de inovação e tecnologia devem constar no orçamento

- (A) financeiro
- (B) especial
- (C) setorial
- (D) fiscal
- (E) de investimento

46

O processo orçamentário no Brasil se desenvolve de forma cíclica, com a participação dos poderes, nas fases de planejamento, apreciação e aprovação, execução, controle e prestação de contas. Embora seja colocado como uma das fases do processo orçamentário, o controle permeia as demais fases do processo.

A realização de audiências públicas durante o processo orçamentário e a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual são, respectivamente, exemplos de controle

- (A) externo e interno
- (B) externo e social
- (C) interno e externo
- (D) social e externo
- (E) social e interno

47

No momento conclusivo de um trabalho de auditoria, o auditor deverá emitir um parecer sobre tudo o que foi analisado naquele período.

Quando o auditor não obtém elementos comprobatórios suficientes para formar sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, ele emitirá um(a)

- (A) ressalva na conclusão do parecer
- (B) negativa de parecer
- (C) parecer sem ressalvas
- (D) parecer adverso
- (E) parecer limpo

48

Os princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade estabelecem as regras e conceitos doutrinários que serão aplicados às entidades no momento do registro contábil e da elaboração das suas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, o princípio da competência determina que

- (A) a contabilização das transações seja realizada e reconhecida no exato momento do pagamento de uma despesa ou recebimento de uma receita.
- (B) o patrimônio da empresa ou sociedade não pode se confundir com o patrimônio dos seus sócios.
- (C) a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- (D) os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- (E) os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

49

No início de um processo de auditoria, o auditor deve realizar um planejamento adequado para que o trabalho seja executado com excelência. Para isso, é necessário avaliar a situação da entidade e determinar onde e como os testes serão aplicados.

Nesse sentido, uma das situações que deve ser observada para os testes na área financeira é a(o)

- (A) política de treinamento
- (B) estrutura organizacional
- (C) parada programada na produção
- (D) comportamento do fluxo de caixa
- (E) planejamento do inventário físico anual

50

Atualmente, as equipes de auditoria se dividem estrategicamente de acordo com as especialidades de cada profissional, executando testes direcionados à sua área de atuação.

Os profissionais especializados na área fiscal, por exemplo, realizarão os testes de

- (A) inventário físico de estoques
- (B) recolhimento de impostos retidos na fonte
- (C) parametrização do sistema de vendas
- (D) valorização patrimonial da empresa
- (E) variação do ativo imobilizado

RASCUNHO

